

P= 4/2018

Livro 41-11
Folha 30

———— CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO AQ-CPI-06/2017. ————

———— No dia dois de fevereiro de dois mil e dezoito, no edifício dos Paços do Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, na qualidade de Oficial Público da Câmara Municipal de Tondela, reduzo a escrito o presente Contrato com os seguintes outorgantes: —————

———— PRIMEIRO ————

———— José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela, outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680, por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro. —————

———— SEGUNDO ————

———— António José da Silva Coutinho, casado, natural da freguesia da Lapa, Concelho de Lisboa e com domicílio profissional na Rua Camilo Castelo Branco, nº 46, 5º – Lisboa, com o cartão de cidadão número 08419828, válido até 11/07/2018, emitido pela República Portuguesa e o NIF 194 670 198, com poderes para outorgar em representação da Sociedade Anónima EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A. com o NIPC 503 504 564 e sede na Avenida 24 de Julho, nº 12, freguesia de Misericórdia, Concelho de Lisboa, conforme verifiquei pela Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita em vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete e pela Ata número 22/2015 do Conselho de Administração datada de dezoito de maio de dois mil e quinze, que arquivo respetivamente sob os números um e dois e com a Licença de Comercializador de Energia Elétrica datada de dois de janeiro de dois mil e seis emitida pelo Ministério da Economia e da Inovação, que

arquivo sob o número três. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a do segundo outorgante pela exibição do mencionado documento de identificação. ---

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 10/01/2018, cuja cópia arquivo sob o número quatro, foi manifestada a intenção de adjudicar e formalizada em 31/01/2018, à firma aqui representada pelo segundo outorgante e após procedimento por Ajuste Direto, a Aquisição de Energia Elétrica ao abrigo do Acordo Quadro AQ-CPI-06/2017, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base datada de 04/01/2018, que arquivo sob o número cinco. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 31-01-2018, que arquivo sob o número seis. -----

----- O valor da presente adjudicação é de cento e quarenta e quatro mil, trinta e nove euros e noventa e seis cêntimos, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- Este fornecimento de energia tem a duração de dois meses, com início em 01/01/2018, conforme declaração da Senhora Vereadora Carla Antunes datada de 31/01/2018, que arquivo sob o número sete. -----

----- São obrigações do segundo outorgante as constantes do artigo 4º do Caderno de Encargos, que arquivo sob o número oito. -----

----- O pagamento será efetuado no prazo de trinta dias a contar da data da receção pela Câmara Municipal de Tondela, das respetivas faturas. -----

----- As especificações técnicas do objetivo do presente contrato, são as constantes da Parte II, do referido Caderno de Encargos. -----

----- O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, nos termos do Acordo Quadro. -----

----- O incumprimento contratual definitivo, confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato, nos termos do Acordo Quadro. -----

----- A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do parágrafo anterior. -----

----- Não é permitida a cessão da posição contratual nos termos estabelecidos no Caderno de Encargos do Acordo Quadro para Fornecimento de Eletricidade. -----

----- Este Contrato tem caráter intuitu personae, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto. -----

----- Excetua-se da proibição do parágrafo anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante. -----

----- Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Fornecimentos de Obras de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste Contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de vinte e três por cento, no montante de trinta e três mil

cento e vinte e nove euros e dezanove cêntimos, é de cento e setenta e sete mil cento e sessenta e nove euros e quinze cêntimos. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número nove: Certidão validada via internet e emitida em dois de novembro de dois mil e dezassete pelo Serviço de Finanças de Lisboa- 3, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número dez: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em cinco de janeiro de dois mil e dezoito, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelos capítulos 02-02-01 e 02-02-25-01 conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- Os compromissos de verba têm os números sequenciais 25683/2018 e 25684/2018, datados de 31/01/2018. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, que este fornecimento terá execução no corrente ano. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: -----

-----O Segundo Outorgante: -----

-----O Oficial Público: -----



cento e vinte e nove euros e dezanove cêntimos, é de cento e setenta e sete mil cento e sessenta e nove euros e quinze cêntimos. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número nove: Certidão validada via internet e emitida em dois de novembro de dois mil e dezassete pelo Serviço de Finanças de Lisboa- 3, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número dez: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em cinco de janeiro de dois mil e dezoito, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelos capítulos 02-02-01 e 02-02-25-01 conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- Os compromissos de verba têm os números sequenciais 25683/2018 e 25684/2018, datados de 31/01/2018. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, que este fornecimento terá execução no corrente ano. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: _____

-----O Segundo Outorgante: _____

-----O Oficial Público: _____